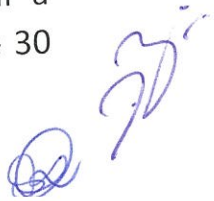


## ATA REUNIÃO ORDINÁRIA COMDEMA 05/12/2017

1  
2 Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, teve início  
3 às dezessete horas e vinte e três minutos, na Câmara Municipal de  
4 Vereadores do Município de Ponta Grossa, em segunda chamada com  
5 qualquer quórum, a reunião ordinária com a presença da presidente do  
6 COMDEMA Caroline Schoenberger, Secretário Executivo  
7 COMDEMA/SMMA/PMPG Paulo Eduardo Oliveira de Barros e os  
8 conselheiros Vicente Nadal Neto (Assoc. Eng. Arquitetos), Diego Silvério  
9 dos Santos (Câmara), Jackson Roberto Ayres (COPEL), Willis A.  
10 Amatneeks Jr (EMATER), Evandro Kostycz (FIEP), John Lenon de Goes  
11 (IPLAN), Giovanna Paola Primor Ribas (OAB), Marcelo Infantini (Inst.  
12 Ambiente Vivo), Robson Carlos Klimionte (Inst. Klimionte), Ricardo  
13 Johansen (NATUS), Mario César Rodrigues (Rotary), Fabiano Icker Oroski  
14 (SANEPAR), Geraldo Luiz Mikowski (SANEPAR), Gustavo Ribas Netto  
15 (Sind. Rural). Visitante nesta reunião: Marcos Roberto Santos  
16 (SANEPAR). A presidente do COMDEMA, Sra. Caroline Schoemberg  
17 iniciou a reunião lendo a pauta: audiência pública da SANEPAR e  
18 informações sobre audiência judicial e licitação da destinação dos RSU's.  
19 Em seguida falou sobre o ofício enviado para o COMDEMA, assinado  
20 pelo Sr. Robson Klimionte solicitando uma cadeira para o Conselho  
21 Regional de Medicina Veterinária. Comunicou o convite da MTX  
22 Ambiental para a audiência pública onde será apresentado o estudo do  
23 impacto ambiental para ampliação do aterro, dia 11/12/17, às 19 horas  
24 em Piraí do Sul. Comunicou a publicação do 1º adendo do edital do  
25 pregão eletrônico 237/16 no dia 13/12/17 para compra de  
26 equipamentos de informática para a SMMA no valor máximo de R\$  
27 250.000,00 (diário oficial 29/11/17). Dando continuidade na pauta,  
28 perguntou aos conselheiros quem esteve presente na audiência da  
29 SANEPAR. O secretário Paulo Barros falou sobre a minuta de novo  
30 contrato, destacando os 3% da ARAS que passará para a SMMA como  
31 medida compensatória, a construção do centro de educação ambiental  
32 e a fiscalização (comitê) das obras e procedimentos operacionais da  
33 SANEPAR. Com a palavra Fabiano da SANEPAR esclareceu que será um  
34 novo contrato de programa que substituirá o atual contrato de  
35 concessão. O conselheiro Ricardo (NATUS) relatou as principais  
36 considerações da audiência: os vereadores não aceitaram vincular a  
37 negociação da dívida com a adesão do novo contrato e o prazo de 30



38 anos renovável por + 30 anos. Disse que será protocolada na câmara a  
39 versão 4 da minuta. Observou que na minuta apresentada não está  
40 especificado o valor para os investimentos propostos de 1 bilhão, não  
41 tem definido os objetivos, metas e prazos, sendo necessários rediscutir  
42 aproximadamente 38 itens. Disse que o governo municipal tem votos  
43 suficientes para aprovar o novo contrato e que o conselho deve se  
44 preocupar com a questão ambiental e propor que os vereadores  
45 aceitem emendas no projeto que vai ser aprovado. A presidente  
46 Caroline disse que é irregular e ilegal vincular o RECREDI à adesão do  
47 novo contrato. Londrina lapidou o contrato e Ponta Grossa deve seguir  
48 o mesmo caminho. No aspecto ambiental, disse que o conselho deve  
49 verificar esta parte do contrato e apresentar as propostas, onde devem  
50 estar previstos os quatro pontos básicos do saneamento (água, esgoto,  
51 tratamento de resíduos e plano de microdrenagem). Salientou ainda que  
52 o político não dá a devida importância para os aspectos ambientais. Na  
53 réplica, o conselheiro Ricardo ressaltou que Londrina contratou uma  
54 empresa de auditoria que destacou todas as vantagens e desvantagens  
55 do contrato e Ponta Grossa deve ter como base este contrato. Disse  
56 ainda que o conselho tem que considerar que o governo estadual tem  
57 interesse em vender até 500 milhões de ações da SANEPAR, para  
58 transformá-la numa empresa privada. O secretário Paulo Barros  
59 esclareceu que, quando encampou o departamento de água e esgoto  
60 em 1975, a SANEPAR pagou ao município pelo patrimônio e caso a  
61 empresa seja privatizada, o contrato encerra automaticamente (art.19).  
62 O contrato diz que a empresa tem que ser pública para fazer a gestão de  
63 água e esgoto. A presidente Caroline ressaltou que não há dúvidas  
64 quanto a qualidade dos serviços prestados pela SANEPAR. A questão é  
65 que, no encerramento do contrato, o patrimônio que está enterrado  
66 retorne como bem patrimonial do município. O conselheiro Gustavo  
67 disse que é importante questionar aos vereadores, neste contrato, como  
68 vai ser o modo de remuneração para quem produz a água (preservação  
69 dos mananciais na área rural). Com a palavra Fabiano (SANEPAR),  
70 esclareceu que, com o contrato que foi assinado em 2006 até a presente  
71 data, foi realizado vários investimentos na cidade de Ponta Grossa que  
72 ficou em 7º lugar no ranking nacional de qualidade em saneamento e  
73 que este novo contrato vem para continuar estes investimentos. Existe  
74 previsão de uma nova captação no rio Tibagi e para captar estes  
75 investimentos a SANEPAR depende de um novo contrato. A presidente

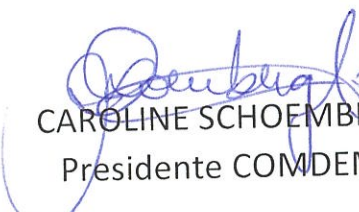


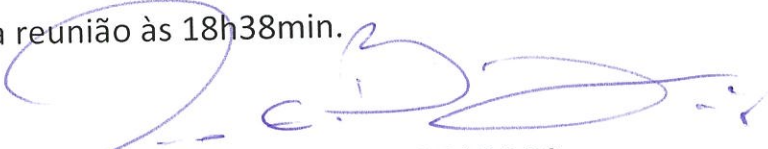


76 Caroline solicitou ao conselho para fazer questionamento através de  
77 ofício ao Tribunal de Contas, sobre vincular o RECREDI ao novo contrato.  
78 A votação foi nominal com 12 votos a favor e 02 votos contra. Vicente:  
79 SIM. Diego: SIM. Jackson: SIM. Willis: SIM. Evandro: SIM. John Lenon:  
80 SIM. Giovana: SIM. Marcelo: SIM. Robson: SIM. Ricardo: SIM. Fabiano:  
81 NÃO. Gustavo: SIM. Paulo Barros: NÃO. Mario: SIM. A presidente deixou  
82 registrado que o conselho não tem um posicionamento sobre o  
83 parcelamento da dívida. Passou para o próximo assunto: informações  
84 sobre a licitação RSU's. Informou que a audiência com o MP foi realizada  
85 em 01/11/2017 e foi firmado compromisso de, no prazo de seis meses a  
86 contar da audiência, transferir para a 5ª célula todo o resíduo da área de  
87 transbordo. Ficou definido também um prazo de dois meses para fazer  
88 uma nova licitação e um prazo máximo de 14 meses para realizar todo o  
89 procedimento. Pediu para a SMMA repassar a minuta da licitação com  
90 antecedência para o conselho. O secretário Paulo Barros resumiu as  
91 atividades da SMMA em relação aos compromissos assumidos com o MP  
92 e informou que o processo licitatório vai ser através de técnica e preço.  
93 Disse ainda que o IAP, durante o ano de 2018, se comprometeu em  
94 viabilizar as licenças para que todos possam participar do processo  
95 licitatório. O município vai partir para um aterro novo que atenda as  
96 normas da ABNT e a resolução 094 da SEMA. Explicou que o contrato é  
97 de cinco anos, com medida compensatória de 3% para que possamos  
98 fazer a recuperação do Botuquara, fiscalização eletrônica semelhante ao  
99 que foi verificado em Curitiba e auditorias ambientais para fazer a  
100 verificação "in loco" a cada 6 meses, com a supervisão do COMDEMA. O  
101 encerramento do Botuquara deve acontecer até 31/12/2018. A  
102 presidente Caroline lembrou que se o município não cumprir com o  
103 acordo, a multa diária será de R\$ 3.000,00. O valor desta multa retornará  
104 para o FUNDAM. A conselheira Giovana da OAB pediu agilidade na  
105 minuta da licitação devido ao recesso de fim de ano. Dando  
106 continuidade, na palavra livre, o conselheiro Ricardo pediu que o  
107 conselho: 1º) consulte o IAP sobre o licenciamento da obra em frente ao  
108 Mercado Móveis; 2º) se tem licenciamento para as estações elevatórias  
109 que jogam a água do arroio na galeria de águas pluviais que caem na  
110 cabeceira do arroio da Ronda; 3º) licenciamento para fazer o  
111 aterramento em cima do banhado, na margem direita do arroio, logo  
112 após o viaduto de S<sup>ta</sup>. Terezinha; 4º) licenciamento do aterramento que  
113 fica à margem esquerda do Arroio de Olarias, após a ponte sobre o

9.20

114 contorno; 5º) se o procedimento realizado pela prefeitura (alinhamento  
115 de arroio) tem licenciamento e qual vai ser o impacto em função deste  
116 alinhamento. O secretario Paulo Barros disse que houve uma reunião  
117 com a CCR RodoNorte, onde foi orientado à concessionária fazer um  
118 protocolo junto ao IAP solicitando anuência para fins de licenciamento  
119 em caráter emergencial. As máquinas que estão no local são da  
120 concessionária. Foi solicitado a recuperação da APP e do talude para que  
121 não tenha mais erosão. A presidente Caroline informou que será  
122 realizada uma reunião extraordinária dia 12/12/17 para apresentar as  
123 ações da SMMA em 2017, autorização de pagamentos para  
124 infraestrutura da secretaria (veículos e computadores) e apresentação  
125 do plano de aplicação do fundo para 2018. Também ajustar as pautas  
126 das reuniões para 2018. Encerrou a reunião às 18h38min.

127   
128 CAROLINE SCHOEMBERG  
129 Presidente COMDEMA

  
PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS  
Secretário Executivo/PMPG/SMMA